

CONCURSO PÚBLICO

EMPREITADA DO PARQUE DA SAÚDE
DE AROUCA – USF AROUCA E NOVO
NORTE

dezembro 2024

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Artigo 1.º

Objeto do concurso

- 1 - O presente procedimento tem por objeto principal a contratação da construção de um edifício que responda às necessidades contemporâneas dos utentes do programa da Unidade de Saúde Familiar criando, para o efeito, um edifício otimizado do ponto de vista funcional, englobando as valências da USF de Arouca e Novo Norte, conforme previsto na memória descritiva geral do projeto.
- 2 - A empreitada objeto deste contrato deve obedecer às especificações e condições técnicas constantes deste Programa do Procedimento e do Caderno de Encargos e a efetuar mediante o procedimento de Concurso Público previsto na alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), republicado no Anexo III do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, bem como a demais legislação subsidiária.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Arouca, sito na Praça do Município, 4544-001 Arouca, com os números de telefone: 256 940 220 e de fax: 256 943 045, endereço eletrónico: geral@cm-arouca.pt e plataforma eletrónica da contratação pública: www.acingov.pt.

Artigo 3.º

Decisão de contratar

O órgão que tomou a decisão de contratar foi a Câmara Municipal de Arouca, por deliberação tomada em reunião ordinária de 17 de dezembro do corrente ano, no âmbito de competência própria para autorização de despesas, de acordo com o disposto na alínea b), n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, e alíneas f) e dd), n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para os efeitos previstos no artigo 38.º do CCP.

Artigo 4.º

Plataforma Eletrónica

A plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante é acessível através do website www.acingov.pt. As peças do procedimento são disponibilizadas gratuitamente nessa plataforma eletrónica.

Artigo 5.º

Preço Base

O valor para efeito de concurso é de **6.664.286,10€**, que limita o preço contratual, não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

Artigo 6.º

Documentos da proposta

- 1 - Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.
- 2 - A proposta do concorrente deverá ser constituída, obrigatoriamente, pelos seguintes elementos:
 - a) **Proposta de Preço**, elaborada em conformidade com a minuta constante do Anexo I a este Programa do Procedimento.
 - b) **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, que substitui o anexo I do Código dos Contratos Públicos, disponível através do link <https://visor.registrodelicitadores.gob.es/espd-web/filter?lang=pt> devidamente preenchido e assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, devendo, neste caso, ser apresentado também o respetivo instrumento de mandato.
 - c) **Lista dos preços unitários**, que não devem incluir o IVA (a ser preenchida na plataforma acinGov);
 - d) **Plano de trabalhos**, tal como definido nos artigos 361.º e 361.º-A do CCP, compreendendo os seguintes documentos:
 - i. Plano de trabalhos;
 - ii. Plano de mão de obra;
 - iii. Plano de equipamentos;
 - iv. Plano de pagamentos.
 - e) **Cronograma financeiro**.

- 3 - Os documentos referidos na alínea c) do número anterior serão elaborados da seguinte forma:

1.º Metodologia de Apresentação

Por gráfico de barras.

2.º Níveis de Discriminação dos Trabalhos a Executar

Por capítulos e subcapítulos. (É fundamental que o plano de trabalhos esteja detalhado nas mesmas atividades consideradas no orçamento ideal (por capítulos e subcapítulos) e mostre as interligações entre as diversas atividades, a duração destas, em qualquer momento, saber se determinada ou determinadas atividades estão ou não a ser realizadas no momento oportuno e programado). Ou seja, deverá especificar com precisão, relativamente às diversas espécies de trabalhos, as datas de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalhos, e os meios materiais e humanos a elas afetos.

- 4 - Poderá ser junto à proposta a Certidão do registo comercial (certidão permanente) ou códigos de acesso à mesma, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente que permita relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura.
- 5 - A proposta e todos os documentos que a acompanham devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
- 6 - O concorrente deverá assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associarem, nos termos e condições da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 7 - Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá o concorrente submeter na plataforma, juntamente com a sua proposta, um documento oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.
- 8 - Os documentos que constituem a proposta deverão ser, obrigatoriamente, redigidos em língua portuguesa.
- 9 - O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 66 dias contados da data limite para a sua entrega.
- 10 - Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de cláusulas do caderno de encargos.

Artigo 7.º

Alvará

O Alvará de classificação de empreiteiro de obras públicas deve titular a autorização seguinte:

- A 1.ª subcategoria da 1.ª categoria, em classe correspondente ao valor global da obra.

Artigo 8.º

Propostas com variantes

Não é admissível a apresentação de propostas que alterem quaisquer pontos, artigos ou cláusulas do presente Programa do Procedimento ou do Caderno de Encargos, ou seja, não é admitida a apresentação de propostas com variantes.

Artigo 9.º

Data e modo de apresentação das propostas

- 1 - As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentados até **às 23:59 horas do 45.º dia a contar da data do envio, para publicação, do anúncio no Jornal Oficial da União Europeia.**
- 2 - A proposta e os documentos que a constituem são apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pelo Município de Arouca, acessível no sítio eletrónico www.acingov.pt
- 3 - Os termos a que deve obedecer a apresentação e a receção das propostas, de acordo com o disposto no número anterior, são definidos pela Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 4 - Poderá haver lugar a prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas, nos casos previstos no artigo 64.º do CCP.
- 5 - A prorrogação de prazo prevista nos números anteriores beneficia todos os interessados.

Artigo 10.º

Esclarecimentos, retificações e alteração das peças do procedimento

- 1 - Até ao fim do primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas, os interessados podem solicitar, através da plataforma eletrónica de contratação www.acingov.pt, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.
- 2 - No mesmo prazo referido no número anterior os interessados devem apresentar, através da plataforma eletrónica de contratação www.acingov.pt, uma lista na qual identifiquem, expressa e

inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento, por si detetados, de acordo com o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 50.º do CCP.

- 3 - Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os esclarecimentos a que se refere o número 1 serão prestados, por escrito, pelo júri do concurso, através da plataforma eletrónica de contratação www.acingov.pt.
- 4 - O órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se, na plataforma eletrónica de contratação www.acingov.pt, até ao termo do segundo terço fixado para apresentação das propostas, sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam expressamente aceites, por aquele.
- 5 - Os esclarecimentos e as retificações, bem como as listas de erros e omissões referidas nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 11.º

Critério de adjudicação

De acordo com o definido na alínea b), n.º 1 do artigo 74.º do CCP, o critério de adjudicação será densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar e que será o fator preço.

Artigo 12.º

Critério de desempate

Caso o mesmo preço conste de mais de uma proposta, a diferenciação das propostas, para efeitos da sua hierarquização por mérito e subsequente adjudicação, efetuar-se-á por referência ao preço unitário proposto para a execução do trabalho/artigo abaixo identificado:

Artigo 3.2.3.1.4.2.1.1

Se porventura, subsistir a igualdade relativamente ao preço unitário referido no número anterior, será analisado o preço unitário do artigo seguinte:

Artigo 3.2.2.1.3

Artigo 13.º

Escolha do adjudicatário

Depois de cumpridas as formalidades previstas na Lei, o órgão competente para a decisão de contratar, com base num relatório fundamentado elaborado pelo júri, toma a decisão de adjudicação.

Artigo 14.º

Notificação da decisão de adjudicação

- 1 - A decisão de adjudicação deverá ser notificada aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do CCP.
- 2 - Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar, notifica o adjudicatário para, no prazo máximo de **10 dias**:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação;
 - b) Prestar caução;
 - c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - d) Se pronunciar sobre a minuta de contrato.

Artigo 15.º

Modalidade jurídica de associações de empresas

Em caso de adjudicação todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.

Artigo 16.º

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

- 1 - O Júri, no primeiro dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pelo Município de Arouca: www.acingov.pt.
- 2 - Mediante a atribuição de um *login* e de uma *password* aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.

- 3 - O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
- 4 - Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2.

Artigo 17.º

Caução

- 1 - O adjudicatário será notificado da adjudicação e do valor da caução, sendo-lhe, simultaneamente, fixado um prazo de 10 dias, para prestar a caução, sob a pena de a adjudicação caducar, de acordo com o disposto no n.º 2, alínea b) do artigo 77.º e no artigo 91.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2 - A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, de montante correspondente a **5% do preço total do contrato** deve ser prestada de uma das seguintes formas:
 - a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem do Município de Arouca (anexo II do presente Programa do Procedimento);
 - b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução (anexo III do presente Programa do Procedimento).
- 3 - Não é exigida a prestação de caução desde que o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar [ou declaração de assunção de responsabilidade solidária] emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.
- 4 - Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 18.º

Não prestação da caução

A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos no artigo anterior, a caução que lhe seja exigida.

Artigo 19.º

Adjudicação de propostas por lotes, variantes e negociação

- 1 - Não há adjudicação de propostas por lotes, variantes ou por negociação.
- 2 - A obra não pode ser dividida em lotes, uma vez que:
 - a) Os trabalhos terão de ser planeados de forma a conseguir a coordenação dos mesmos, sendo incindíveis, e impossível dissociar os trabalhos de modo a permitir a sua execução em simultâneo por várias empresas.
 - b) A divisão em lotes não é tecnicamente desejável, uma vez que se trata de trabalhos que devem ser coordenados e executados em simultâneo.
 - c) Seria difícil dissociar as responsabilidades durante o prazo de garantia da obra, caso fosse executada por mais do que um empreiteiro. A existência de um único contrato permite à Câmara uma gestão muito mais eficiente, para além de, no caso, a contratação global dos trabalhos ser suscetível de uma melhor proposta, economicamente mais favorável para a Câmara, tendo em conta as vantagens económicas decorrentes de economia de escala.

Artigo 20.º

Fornecimento de exemplares do processo

- 1 - As peças do processo de concurso serão fornecidas diretamente na plataforma eletrónica, referida no artigo 4.º, às empresas que o requeiram.
- 2 - O processo de concurso encontra-se na Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território, no endereço referido no artigo 2.º do presente programa de procedimento, e será integralmente disponibilizado na plataforma eletrónica.

Artigo 21.º

Documentos de habilitação

- 1 - No prazo fixado no artigo 14.º, o adjudicatário, deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:
 - a) **Declaração emitida conforme modelo constante do anexo IV deste Programa do Procedimento** (corresponde ao modelo anexo II do CCP);
 - b) Documentos comprovativos de que **não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP**;

- c) Cópia do alvará emitido pelo IMPIC contendo as habilitações referidas no artigo 7.º do presente Programa do Procedimento;
 - d) Termo de responsabilidade do diretor de obra e documento comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil válido relativamente ao diretor de obra, nos termos do n.º 4, artigo 22.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho;
 - e) Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, nos termos e para cumprimento do disposto no n.º 9 do artigo 81.º do CCP;
 - f) Certidão da Conservatória do registo Comercial com todas as inscrições em vigor ou Certidão Permanente, se aplicável e caso não tenha ocorrido a sua apresentação juntamente com os documentos que instruem a proposta.
- 2 - O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no número anterior, através da plataforma eletrónica utilizada pelo Município de Arouca: www.acingov.pt
- 3 - Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 4 - Com o consentimento do adjudicatário, a entidade adjudicante consulta a informação relativa a qualquer dos documentos referidos no número anterior, estando dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 2.
- 5 - O adjudicatário não terá, ainda, de apresentar os documentos previstos na alínea b), n.º 1 se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.
- 6 - No prazo de **cinco dias** deverá o adjudicatário proceder à supressão de irregularidade detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.
- 7 - Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade dos documentos de habilitação, o órgão competente para a decisão de contratar poderá sempre exigir ao adjudicatário para que este apresente, no prazo de **três dias** os originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada, nos termos do n.º 2.
- 8 - Caso se justifique, para cumprimento do disposto no n.º 8, artigo 81º do CCP, poderá ser solicitado ao adjudicatário, no prazo de **cinco dias** contados da respetiva notificação, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos de titularidade das habilitações legalmente exigidas para execução das prestações do objeto de contrato a celebrar, ainda que tal não conste no presente Programa do Procedimento.

- 9 - Quando o adjudicatário ou o subcontratado, for nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial do Comércio poderá apresentar, em substituição dos documentos de habilitação, uma declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária administrativa ou qualquer outra competente, de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar no Estado de que é nacional de acordo com as regras nele aplicáveis.

Artigo 22.º

Aceitação da minuta do contrato

- 1 - A entidade adjudicante, aprova, nos termos dos artigos 98.º e 99.º do CCP, a minuta de contrato a celebrar.
- 2 - A minuta do contrato a celebrar é enviada, para aceitação ao adjudicatário, considerando-se aceite quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 23.º

Reclamações contra a minuta

- 1 - São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações que contrariem ou não constem dos documentos que integram o contrato.
- 2 - Em caso de reclamação, o órgão que aprova a minuta notifica o adjudicatário, no prazo de 10 dias, o que houver decidido sobre a mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

Artigo 24.º

Celebração de contrato

- 1 - A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação contra aquela.
- 2 - O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de três dias, o prazo para a outorga e remessa do contrato.
- 3 - A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente da decisão de contratar, bem como, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado na modalidade jurídica de consórcio externo.

- 4 - O contrato será elaborado em suporte informático com aposição de assinaturas eletrônicas.

Artigo 25.º

Prova de declarações

- 1 - A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação nos prazos fixados no artigo 14.º deste Programa do Procedimento ou redigidos em língua portuguesa.
- 2 - Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário, para que no prazo de três dias após aquela notificação, se pronuncie, por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.
- 3 - Quando as situações previstas no n.º 1 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar concede-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentações dos documentos em falta.
- 4 - Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar contratará com o concorrente cuja proposta se encontra ordenada em lugar subsequente.

Artigo 26.º

Falsidade de documentos e de declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, sendo aplicável o disposto no número 4 do artigo anterior.

Artigo 27.º

Classificação da obra

A classificação da obra (CPV) é o 45215100-8 (Obras de construção de edifícios relacionados com serviço de saúde).

Artigo 28.º

Júri

O presente procedimento é conduzido por um júri, composto pelos seguintes elementos:

a) Membros efetivos:

- i.* Jerónimo Daniel Amorim Martingo, como Presidente;
- ii.* José Carlos Martins de Andrade, 1.º Vogal Efetivo;
- iii.* Olga Fernanda Valente Silva Teixeira, 2.ª Vogal Efetiva.

b) Membros suplentes:

- i.* Maria da Glória Morais Ferreira Leite, 1.ª Vogal Suplente;
- ii.* Maria do Rosário Jesus da Rocha Amorim Amador, 2.ª Vogal Suplente;
- iii.* Emanuel da Costa Teixeira Santos Tavares, 3.º Vogal Suplente;
- iv.* Cristiana Sofia Oliveira Santos, 4.ª Vogal Suplente.

Artigo 29.º

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa do concurso aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações que, entretanto, lhe foram introduzidas, designadamente pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto que o republicou e com as alterações introduzidas pela Lei 30/2021, de 21 de maio e demais legislação aplicável.

Arouca, dezembro de 2024

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA

..... (nome, número de Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão, número de contribuinte, morada, ou tratando-se de pessoa coletiva a firma ou denominação, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes) depois de ter tomado conhecimento do Concurso Público para a “**Empreitada do Parque da Saúde de Arouca – USF Arouca e Novo Norte**” a que se refere o Aviso publicado no Diário da República n.º, de de de 2024, e de todas as condições estabelecidas no Programa de Procedimento e no Caderno de Encargos, obriga-se a executar a referida empreitada pelo preço global de€..... (por algarismos e por extenso), que não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

À quantia supra, acrescerá o IVA à taxa de _____%.

Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à prestação do serviço proposto, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data.....

Assinatura

ANEXO II

Modelo de guia de depósito bancário

Euros _____ €

Vai _____ (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), depositar na _____ (sede, filial, agência ou delegação) do Banco _____ a quantia de _____ (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos _____ (eliminar o que não interessar), como caução exigida para _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (entidade adjudicante), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO III

Modelo de garantia bancária/seguro de caução

Garantia bancária/seguro de caução (eliminar o que não interessa) n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (adjudicatário), vem o(a) _____ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (entidade adjudicante beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de _____ (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 (eliminar o que não interessar) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a _____% (por algarismos e por extenso) do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO IV

Modelo de declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º)

1- (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2- O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁵⁾].

(1)Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2)No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4)No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5)Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º